

Armaria

Adler Homero Fonseca de Castro¹

O termo *armaria*, em seu sentido lato, designa um agrupamento de armas, equipamentos destinados ao combate, seja para ofender um inimigo ou para se proteger de um ataque. Também inclui as peças destinadas à caça e à pesca, e isso implica em uma definição muito ampla, que abarca uma grande quantidade e variedade de objetos. De fato, entre os primeiros artefatos produzidos pelos hominídeos, desde os australopitecos (três milhões de anos antes de Cristo), estavam os machados de pedras, as lanças e tacapes, destinados tanto à caça como, segundo alguns autores, para causar danos a inimigos da mesma espécie (FERRIL, 1997).

O termo *armaria*, apesar de não ser de uso comum, também se aplica a aviões de combate e navios de guerra, que hoje se encontram entre os maiores artefatos produzidos pela mão do homem: um moderno porta-aviões chega a pesar mais de cem mil toneladas. O objetivo da construção desses modernos equipamentos é, primordialmente, o exercício da força contra outros seres humanos, mesmo que isso não implique na aplicação direta da violência – muitas vezes, a simples ameaça do uso desses artefatos é suficiente para se alcançar um objetivo político, social ou moral; a existência de armas atômicas, disponíveis há setenta anos, mas só usadas duas vezes, serve como demonstração desse ponto.

Esse último aspecto é importante, pois o uso de armas excede em muito o seu aspecto utilitário de ferramenta destinada a cumprir um objetivo prático. Ao contrário de um martelo ou de uma chave de fenda, os equipamentos destinados ao uso em combate e, em menor escala, à caça, adquiriram múltiplos níveis de significado, como símbolos de poder ou de *status* (BITTENCOURT; CASTRO, 1991).

Em diversas sociedades o uso de equipamentos especificamente produzidos para a guerra era restrito a uma classe social, como à nobreza feudal ou aos samurais japoneses ou mesmo aos cidadãos na democracia das cidades-estados gregas. Nas duas primeiras situações, o uso de armas era prerrogativa e privilégio dos nobres, sendo os plebeus proibidos de portá-las, sob pena de morte (TURNBULL, 2003). A razão do

¹Graduado em história (UERJ), mestre em História Social (PPGH/UFF), doutorando em História Comparada (PPGHC/UFRJ). Pesquisador do IPHAN, do Centro de Pesquisa de História Militar do Exército (CEPHiMEx), sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, conselheiro do Museu de Armas Históricas Ferreira da Cunha (MAHFC) e Curador de Armas portáteis do Museu Militar Conde de Linhares (MMCL).

surgimento de diversas “artes marciais” está relacionada à proibição de camponeses usarem armas, tendo que aprender formas de luta desarmadas ou usando utensílios agrícolas, que não podiam ser classificados *a priori* como armas. É o caso do jogo de pau português, no qual um camponês se valia do cajado como arma. O mesmo pode ser dito da capoeira no período do Império.

Essa associação entre um grupo específico e o porte legal de armas não é uma característica apenas do passado: o último país da Europa a garantir o sufrágio universal foi a Suíça, em 1991 (JUD, 2016). A razão dessa medida tão tardia foi que lá o serviço militar é considerado como um atributo indissociável da cidadania: se pensava que para uma pessoa poder ter o pleno exercício de seus direitos, seria necessário que ela servisse nas forças armadas, e como as mulheres eram isentas disso, a lógica era que elas não tinham os mesmos direitos que os homens.

Como a posse de armas era vista como sinal de prestígio e, muitas vezes, de pertencimento a uma classe superior, esses equipamentos passaram a assumir papéis simbólicos, representativos de uma pessoa excepcional, de uma classe ou mesmo de um país como um todo. É comum encontrar em coleções de museus, armas de caça ricamente adornadas, com decorações que não têm relação direta com a funcionalidade do objeto. Como colocou Marx, no “fetichismo das mercadorias”, se assume que essas possuem valor de prestígio e resultam em respeito e autoridade para aqueles que possuem tais objetos de *status* (MARX, 2008) – é o que se chama modernamente de “consumo conspícuo”. Isso também explica por que é comum encontrar em sítios arqueológicos oferendas de armas, para marcar o local de sepultamento de um grande guerreiro, ou líder militar. Por exemplo, no túmulo de Tutancâmon (governou de 1332–1323 a.C.) foram encontrados seis bigas (carros) de guerra, facas, adagas, machados, arcos e flechas, bumerangues e lanças, formando uma das primeiras coleções de armas que se conhece.

Sendo assim, as armas altamente decoradas, usadas pela nobreza, tinham um grande valor monetário – apesar de seu valor de uso não ser maior do que o de um objeto semelhante meramente utilitário. Essas peças eram preservadas nas coleções dos nobres, como as *armarias reais*, que viriam a ser o núcleo de diversos museus na Europa: *Royal Armouries*, inglês; *Real Armeria*, espanhol; *Livrskammaren*, sueco; entre outros. No século XIX, dentro do espírito do Romantismo, as pessoas chegavam a associar o prestígio de suas famílias a seus antepassados, e se tornou comum a aquisição de pequenas coleções de armas – algumas vezes de reproduções – como forma de fazer

supostas ligações entre elas e um passado medieval. Esse era um costume que não se restringia a uma “burguesia arrivista”, mas podia até afetar pessoas realmente nobres – o príncipe Regente, o futuro D. João VI, comprou diversas armaduras falsas para decorar seu palácio na Quinta da Boa Vista.

O aspecto de se associar o prestígio de um líder às suas armas é importante, pois isso, desde cedo, foi estendido para uma associação com o grupo que era liderado. Dessa forma, gregos e romanos tinham o costume de recolher armas capturadas em combate, exibindo-as em locais públicos, na forma de *troféus*, um termo que originalmente significava apenas os despojos de um inimigo capturado em combate (CASTRO, 1997). Essas armas, depois, eram recolhidas aos tesouros dos templos, formando coleções que representavam a vitória de um Estado sobre seus inimigos. Tal costume se manteve ao longo dos tempos, sendo comum o depósito de bandeiras, armas e outros artefatos em templos e igrejas, para lembrar as vitórias obtidas contra os inimigos da comunidade.



Desenho do século XVI do troféu de Caio Mário (157-86 a.C.), comemorando a vitória sobre os Cimbrios, em 101 a.C. (HOLANDA, 1989).

Outro aspecto relevante, especialmente depois do início da Revolução Industrial (segunda metade do século XVIII), foi a preservação de coleções de armas como uma forma de manter uma memória da evolução das técnicas. Isso se torna mais

significativo quando lembramos que as armas usualmente são representantes das tecnologias de ponta do período em que foram feitas – há vários museus e coleções de armas que foram criados para preservá-las como registros do avanço técnico no campo bélico.

É claro que o uso tradicional desses objetos nos museus também foi importante. Armas, por terem sido usadas em conflitos e momentos que eram considerados como importantes na história da humanidade, servem para representar esses momentos em um ambiente de museu, mostrando os diversos aspectos da história, bem como suas consequências, especialmente considerando que a história tradicional era muito ligada aos aspectos políticos e diplomáticos das sociedades.

Com esses múltiplos valores simbólicos sendo associados aos objetos, foi comum a preservação de conjuntos de armas em museus ou coleções particulares. Entre os primeiros museus de história do Brasil se incluem aqueles dedicados à história militar, com importantes acervos de armas: o Museu do Exército, de 1865, e o Museu Naval, criado três anos depois. Museus estatais não militares, como o Museu Paulista (de 1895, tombado pelo Processo 139-T-38 e inscrito, em 15/4/1938, no Livro do Tombo de Belas Artes) ou o Museu Histórico Nacional (de 1922, tombado e inscrito em 4/9/2009 no Livro do Tombo Histórico) tiveram grandes quantidades de armas como base de suas coleções originais, isso sem falar em coleções particulares, como a do Museu David Carneiro (tombado pelo Processo 40-T-38 e inscrito, em 8/2/1941, nos livros do Tombo de Belas Artes, Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico) ou a Coleção de Armas Sérgio Ferreira da Cunha (tombada pelo Processo 372-T-47 e inscrita, em 10/6/1954, no Livro do Tombo de Belas Artes).

Curiosamente, a lógica de formação das coleções de armas nos séculos XVIII e XIX, a questão da representação da superioridade de uma sociedade sobre outra, ainda tem seus efeitos na atualidade, como exemplificado por um pedido recente do governo do Paraguai para a devolução de um troféu de guerra, o canhão *El Cristiano*, discutida em reunião do Conselho Consultivo do IPHAN (IPHAN, 2010). A solicitação paraguaia deixa claro que o canhão não tem apenas um valor documental, mas que o objeto mantém sua representação simbólica para a sociedade atual, apesar de estar relacionado a fatos ocorridos há cento e cinquenta anos atrás.

Fontes consultadas:

BITTENCOURT, José Neves; CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Armas: ferramentas da paz e da guerra*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1991.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Do troféu de guerra ao copo de geleia: a dessacralização do acervo dos templos de memória. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 29, p. 247-262, 1997.

FERRIL, Arther. *The origins of war: from the Stone Age to Alexander the Great*. Boulder: Westview Press, 1997.

HOLANDA, Francisco de. *Álbum dos desenhos das antigualhas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

IPHAN. *Ata da 65ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010.

JUD, Markus G. *Switzerland's long way to women's right to vote*. Disponível em: <<http://history-switzerland.geschichte-schweiz.ch/chronology-womens-right-vote-switzerland.html>>. Acesso em: set. 2016.

MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

TURNBULL, Stephen. *Samurai: the world of the warrior*. Oxford: Osprey, 2003.

Como citar: CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Armaria. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.